



**ESTADO DE GOIÁS**  
**Prefeitura Municipal de São Simão**

-Gabinete do Prefeito-

**LEI N.744 DE 01 DE MARÇO DE 2021.**

Publicação feita nesta data

01 / 03 / 2021  
*Adyana A. S. Silva*  
Assinatura

*“Dispõe sobre os benefícios e doações no âmbito da política pública de Assistência Social, de apoio à Saúde e à Educação no Município, e dá outras providências”.*

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO**, no uso de sua competência e atribuições, fulcrada no que dispõe o art. 30 da Constituição da República, bem assim no art. 22, § 3º, inciso III, da Lei Orgânica do Município, **APROVA** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**  
**Das Disposições Gerais**

**Art. 1º** Esta Lei tem por objetivo regulamentar a concessão de benefícios e doações no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, da Política Municipal de Apoio à Saúde Pública e da Política Municipal de Educação.

§ 1º. Os benefícios e doações da Política Municipal de Assistência Social são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 2º. Os benefícios e doações da Política Municipal de Apoio à Saúde Pública são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos em virtude da necessidade de medicamentos, exames, procedimentos, cirurgias eletivas e de urgência, todos de média e alta complexidade, bem como despesas diversas e correlatas ao procedimento, inclusive despesas de locomoção, não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde, ou pelos órgãos de saúde do Município de São Simão, em situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 3º. Os benefícios e doações da Política Municipal de Educação são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos discentes em virtude da necessidade de material escolar, livros didáticos, uniformes escolares, vestimentas, calçados, material esportivo, em situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

**Art. 2º** Os benefícios e doações previstas no Artigo 1º destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar, por meios próprios, com o enfrentamento de contingências sociais, de acesso ao sistema municipal de saúde e educação, cuja ocorrência provoca risco e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade familiar e/ou a sobrevivência de seus membros.

**Parágrafo Único.** Os benefícios e doações serão concedidos mediante estudo social e/ou parecer técnico, elaborado por **assistente social que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais – Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e/ou Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDS, bem como por equipe de Assistência Social da Saúde ou Educação.**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**Prefeitura Municipal de São Simão**  
-Gabinete do Prefeito-

**Art. 3º** O benefício eventual deve atender, no âmbito da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDS**; da **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; e da **Secretaria Municipal de Educação – SME**, com as seguintes exigências:

- I. integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;
- II. constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
- III. garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;
- IV. garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios;
- V. ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;
- VI. desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social, de acesso à saúde ou à educação;

**Seção I**  
**Dos Critérios para Concessão dos Benefícios e Doações**

**Art. 4º** Para a concessão dos benefícios e doações descritos nesta Lei, o critério de renda *per capta* para acesso aos benefícios deve ser igual ou inferior a 1/3 (um terço) do salário-mínimo vigente no País, devendo o requerente estar regularmente cadastrado no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Municipal.

**§1º.** Nos casos em que as famílias não se enquadrem nos critérios do Art.4º, o trabalhador, paciente, ou aluno, vinculado ao órgão gestor correspondente, responsável pela realização do estudo social, poderá conceder o benefício mediante justificativa da situação de vulnerabilidade social temporária.

**§2º.** O benefício recebido através do Programa Bolsa Família do Governo Federal, não será contabilizado para cálculo de renda *per capta*.

**CAPÍTULO II**  
**DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Seção I**  
**Auxílio Alimentação**





**ESTADO DE GOIÁS**  
**Prefeitura Municipal de São Simão**  
-Gabinete do Prefeito-

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o **Auxílio Alimentação**, destinado à erradicação da extrema pobreza no Município, em benefício das famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

**Art. 6º** Para fins do disposto nesta Lei, será considerado:

**I. Família**, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

**II. Renda familiar mensal**, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda;

**III. Vulnerabilidade social**, formada por famílias pessoas e lugares, expostos à exclusão social, que apresente sinais de desnutrição, condições precárias de moradia e saneamento, que não possua emprego formal, regular ou não, ou ainda aquelas pessoas mencionadas pelo inc. XIV do art. 6º da Lei Federal nº 7.713, de 22 de dezembro de 1998, e suas alterações.

**IV. A Pobreza**, considerada através de Linha definida pelos hábitos de consumo das pessoas cujo valor não ultrapassa meio salário-mínimo.

**Parágrafo único.** A SEMUDS e o SINE deverão conjugar esforços para qualificação do beneficiário, e a inclusão do mesmo no mercado de trabalho.

**Art. 7º** A gestão e a execução do **Auxílio Alimentação** se darão de forma a conjugar esforços entre Unidades da Administração Municipal, a participação popular e o controle social, bem como o Conselho Municipal de Assistência Social.

**Art. 8º** Qualquer pessoa, servidor público municipal ou não, que inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas daquelas que deveriam informar, com a finalidade de alterar a verdade sobre o fato, ou contribuir para a entrega do benefício à pessoa diversa do beneficiário final, será responsável nas esferas civil, penal e administrativa.

**Seção I**  
**Auxílio Construção**

**Art. 9º** O **Auxílio Construção** consiste na doação de material de construção no intuito de evitar ou diminuir vulnerabilidades sociais e oferecer segurança à família beneficiada.

**§1º** Para o requerimento e acesso ao benefício de **Auxílio Construção** deverá ser comprovada ao seguinte:

**I.** Residir no município há pelo menos 03 (três) anos;



**ESTADO DE GOIÁS**  
**Prefeitura Municipal de São Simão**  
-Gabinete do Prefeito-

**II.** Ser proprietário ou possuidor de 01 (um) ÚNICO imóvel situado em loteamento regular ou em um dos loteamentos (irregulares), cadastrados e sob procedimento de regularização fundiária no Município;

**III.** Ter renda familiar de até 3 (três) salários mínimos.

§2º O auxílio poderá ser requerido por familiar, companheiro ou parente, em primeiro grau/responsável, diante da impossibilidade comprovada do solicitante em recebê-lo pessoalmente.

**Seção II**  
**Auxílio Funeral**

**Art. 10º** O **Auxílio Funeral** constitui-se em um benefício, não contributivo da Assistência Social, mediante a concessão de serviços funerários, visando reduzir a vulnerabilidade provocada pela morte de membro da família, com atendimento prioritário de:

- I.** Despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
- II.** Isenção de pagamento de taxas municipais para sepultamento às famílias beneficiadas;
- III.** Serviços de traslado de corpo.

**Art. 11º** São documentos essenciais para o **Auxílio Funeral**:

- I.** Declaração de óbito;
- II.** Comprovante de residência;
- III.** Comprovante de renda de todos os membros familiares, que residem com o falecido;

**IV.** Documentos pessoais (RG e CPF) do falecido quando houver e dos familiares.

§1º. O Auxílio Funeral será concedido **até 30 (trinta) dias após o óbito**.

§2º. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade, o responsável pela entidade poderá solicitar o Auxílio Funeral.

§3º. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de rua, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDS será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.





**ESTADO DE GOIÁS**  
**Prefeitura Municipal de São Simão**  
-Gabinete do Prefeito-

**Art. 12º** O **Auxílio Funeral**, será concedido de imediato com parecer emitido pela Assistente Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDS ou seus setores.

**Parágrafo Único.** O Município garantirá o atendimento em plantão, vinte e quatro horas por dia, para atendimento das famílias que requererem o **Auxílio Funeral**.

**Seção III**  
**Auxílio Gás**

**Art. 13º** Fica criado o **Auxílio Gás** vinculado as ações dirigidas ao combate à fome, à promoção alimentar e nutricional.

**Art. 14º** O presente auxílio será instituído por esta Lei, sem prejuízos de outras ações assistenciais, destinar-se-á a distribuição de tíquete/cartão para aquisição de gás pelo beneficiário através da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDS**.

**§1º** O **Auxílio Gás** terá caráter pessoal e intransferível, correspondendo à um tíquete/cartão por unidade familiar, devendo ser utilizado dentro do mês, sendo vedada sua utilização para aquisição de quaisquer outros produtos.

**§2º** O uso do **Auxílio Gás** de forma indevida pelo beneficiário, implicará na suspensão imediata, sujeitando-se ainda a devolução da importância recebida, sem prejuízos das responsabilidades civis, penais e administrativas.

**CAPÍTULO III**  
**DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE APOIO À SAÚDE**

**Seção I**  
**Do Auxílio Procedimentos Médicos, Odontológicos, Consultas e Equipamentos**

**Art. 15º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a destinar recursos do orçamento Municipal específicos do Fundo Municipal de Saúde, para promover o auxílio através de fornecimento de materiais e serviços, de forma gratuita a pessoas físicas, em conformidade com o disposto na presente Lei.

**Art. 16º** A destinação de recursos para cobrir necessidade de pessoas físicas ficará condicionada ao requerimento pelo pretense beneficiário, apresentação de documentos com as devidas prescrições médicas ou odontológicas, bem como à condição de carência, atestada pelo Serviço de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, Órgão Municipal responsável pela



**ESTADO DE GOIÁS**  
**Prefeitura Municipal de São Simão**  
-Gabinete do Prefeito-

aprovação dos auxílios, mediante levantamento cadastral, obedecidos os critérios individuais para cada auxílio.

**Art. 17º.** Fica determinada a Secretaria Municipal de Saúde - SMS, através de seu Serviço de Assistência Social, responsável em providenciar o levantamento cadastral das pessoas solicitantes, para os fins desta Lei.

**Parágrafo Único.** Pode o Município utilizar-se, subsidiariamente, de cadastro afins do Governo Federal e Estadual, quando estes dispuserem de informações atinentes ao Município.

**Art. 18º.** Os procedimentos do presente auxílio englobam:

**I.** Doação/cessão de órteses, próteses e equipamentos para portadores de deficiência (física, auditiva, motora e mental);

**II.** Doação de medicamentos excedentes do Elenco de Medicamentos da Assistência Farmacêutica do Município;

**III.** Doação de prótese dentária e aparelhos similares;

**IV.** Doação/cessão de materiais e equipamentos médicos para internamento domiciliar e ou pacientes acamados;

**V.** Doação de tratamentos odontológicos especializados;

**VI.** Doação de bolsa de colostomia para pacientes ostomizados;

**VII.** Doação de leite e dieta com fórmulas especiais;

**VIII.** Doação de Óculos de Grau;

**IX.** Pagamentos de consultas e exames de média e alta complexidade em situação de risco, quando esgotadas todas as possibilidades através da rede pública, comprovadamente por documento fornecido por médico devidamente inscrito no CRM.

**§ 1º.** É pré-requisito para iniciar o processo de doação ou cessão de próteses, órtese e equipamentos, pelo município, documento que contenha a negativa do fornecimento, emitido pelo Gestor Estadual, responsável principal pelo fornecimento, de acordo com a Política Estadual de Portadores de Deficiência.

**§ 2º.** Serão contemplados prioritariamente os casos de pequena e média complexidade, e no caso de órteses e próteses serão doados apenas aquelas que o Município dotar de infraestrutura adequada a sua implantação e manutenção. Casos não contemplados serão encaminhados para os programas estaduais e federais, que possuem serviços de referência para acompanhamento e monitoramento das próteses.

**Art. 19º** Para doação de medicamentos não constantes no elenco de Assistência Farmacêutica do Município, o pleiteante deverá fazer prova da seguinte condição:





**ESTADO DE GOIÁS**  
**Prefeitura Municipal de São Simão**  
-Gabinete do Prefeito-

I. Portar exames e laudo que comprove o diagnóstico da doença que deverá ser tratada;

II. Portar receituário em duas vias, firmado por médico da rede municipal de saúde, ou especialista da área médica, sendo uma das vias retida durante a entrega do medicamento, além de afixação de carimbo informando a entrega nas duas vias;

III. Declaração médica que não há possibilidade de substituição por medicamento similar, pertencente no elenco de Assistência Farmacêutica do Município;

**Art. 20º** Para doação de próteses odontológicas, o pleiteante deverá fazer prova das seguintes condições:

I. Apresentar prescrição de odontólogo da rede municipal de saúde, que comprove a necessidade do pleiteante ou de seu dependente;

II. Assinar declaração que aceita o Serviço e os Profissionais indicados pelo Município para realização do serviço de confecção e ajuste da prótese dentária.

**Art. 21º** Para doação/cessão de materiais e equipamentos médicos para internamento domiciliar e ou pacientes acamados, o pleiteante deverá fazer prova das seguintes condições:

I. Portar atestado firmado por médico da Unidade de Estratégia de Saúde da Família, que realiza o acompanhamento do paciente no domicílio, com as devidas solicitações dos materiais e equipamentos necessários para atender adequadamente o paciente em sua residência;

II. Comprovar através de documentos, para que seja mantida a doação ou cessão, o acompanhamento médico e da equipe de saúde, de acordo com a necessidade que o caso requer;

III. Em caso de recuperação ou óbito, os equipamentos em condições de uso, deverão ser devolvidos a Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

**Art. 22º.** Para doação de tratamento Odontológico Especializado, o pleiteante deverá fazer prova das seguintes condições:

I. Apresentar indicação do tratamento indicado por odontólogo da rede municipal de saúde, com laudo que comprove a necessidade especial, os riscos do procedimento e se necessária avaliação médica prévia, do pleiteante ou de seu dependente, em formulário próprio;

II. Apresentar 03 (três) orçamentos do valor estimado do custo do procedimento indicado;

III. A Secretaria Municipal de Saúde que decidirá o serviço que irá realizar o procedimento;

IV. No prazo de três dias, apresentar o comprovante de comparecimento e realização dos procedimentos.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**Prefeitura Municipal de São Simão**  
-Gabinete do Prefeito-

**Art. 23º** Para doação de Bolsas de Colostomia, o pleiteante deverá fazer prova das seguintes condições:

**I.** Portar laudo do médico que assiste o paciente, que contenha o histórico do paciente e as causas que deram origem a necessidade, com laudo anexo;

**II.** Apresentar prescrição médica solicitando as Bolsas de Colostomia, com todos os detalhes pertinentes ao caso, como: tamanho, material indicado, tempo de troca, etc;

**III.** É pré-requisito para iniciar o processo de doação de Bolsa de Colostomia pelo município, documento que contenha a negativa do fornecimento, emitido pelo Gestor Estadual, responsável pelo fornecimento, de acordo com a Política Estadual de Portadores de Deficiência;

**IV.** O pleiteante, em apresentando quadros alérgicos a determinados produtos, deverá solicitar ao médico assistente, laudo com as devidas orientações sobre o material adequado a ser fornecido.

**Art. 24º** Para doação de leites e dietas especiais, o pleiteante deverá fazer prova das seguintes condições:

**I.** Portar laudo do médico e de nutricionista que assistem o paciente, com a prescrição de leites ou dietas necessárias, com previsão de prazo do tratamento;

**II.** Apresentar exames (laboratoriais e ou outros) que comprovam e justifiquem a necessidade do uso do leite ou dietas especiais;

**III.** Os produtos a serem fornecidos deverão ter inscrição técnica nos órgãos legais necessários;

**Art. 25º** Para doação de Óculos de Grau, o pleiteante deverá fazer prova das seguintes condições:

**I.** Portar laudo do médico Oftalmologista, que assiste o paciente, com a prescrição técnica, do grau e tipos de lentes necessárias;

**Art. 26º.** Para pagamento de consultas e exames, o pleiteante deverá fazer prova das seguintes condições:

**I.** Apresentar solicitação médica do procedimento e o laudo demonstrando a necessidade do referido procedimento e o atesto;

**II.** Apresentar exames, que comprovem possível diagnóstico ou necessidade do tratamento, quando disponíveis;

**III.** O agendamento da demanda de consulta e ou exame, quando autorizado o procedimento, será de responsabilidade do Complexo Regulador do Município;

**VII.** O paciente no retorno da realização do procedimento deverá juntar uma cópia do atestado de comparecimento.





**ESTADO DE GOIÁS**  
**Prefeitura Municipal de São Simão**  
-Gabinete do Prefeito-

**CAPÍTULO IV**  
**DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE APOIO À EDUCAÇÃO**

**Seção I**  
**Auxílio Educação**

**Art. 27º** Fica do Chefe do Poder Executivo, em atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de doação de material escolar, didático-escolar, materiais esportivos, uniformes e calçados.

**Art. 28º** A Equipe de Assistência Social do Município será a responsável pela emissão de relatórios afim de atestar a situação de vulnerabilidade social e econômica do aluno e de sua composição familiar, bem como acompanhar sua situação social, econômica e de assiduidade escolar no decorrer do ano letivo.

**Art. 29º** Os materiais escolares, materiais esportivos, uniformes, calçados serão entregues aos pais ou responsáveis pelos alunos, que assinarão o termo de recebimento de material para controle de entrega.

**Art. 30º** Para realizar o pagamento de todos os benefícios ou doações, citados nesta Lei, será necessário 03 (três) orçamentos, e serão pagos como auxílio eventual ou continuado, a depender do caso, por meio de doação de material, por meio de crédito ou por depósito em conta do beneficiário, contendo identificação do beneficiário e o Número de Identificação Social (NIS) utilizado pelo Governo Federal ou o número sob o qual o beneficiário está inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), ou ainda, por controle próprio estabelecido pelo Município em regulamento, o beneficiário fica obrigado a apresentar a nota fiscal no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Art. 31º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, **podendo ser regulamentada no que couber.**

*Gabinete do Prefeito de São Simão, Estado de Goiás, ao primeiro dia do mês de março de 2021.*

  
**FRANCISCO DE ASSIS PEIXOTO**  
Prefeito